

Educação Profissional & Educação de Jovens e Adultos: o PROEJA

Professional Education & Youth and Adults:
the PROEJA

Simone Valdete dos Santos*

Resumo: O Programa de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) foi instituído no Brasil pelo decreto presidencial 5840/06, compondo 10% das vagas da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica. Compreender as origens históricas da EJA e da Educação Profissional compõe possibilidades no entendimento do caráter inédito e aleatório dessa política pública em centros de excelência de Educação Profissional. O acesso e a permanência dos alunos, a evasão, a proposta curricular são questões de pesquisa do grupo CAPES/PROEJA, ao qual tal texto está circunscrito, apresentadas para problematizar as perspectivas dessa política pública de Educação.

Palavras-chave: PROEJA; Educação Profissional; Educação de Jovens e Adultos.

Abstract: The Integration Program of Professional Education to Basic Education in the form of Youth and Adults (PROEJA) was established by Presidential Decree 5840 /06, composing 10% of the openings of the federal network of Professional and Technological Education. Understanding the historical origins of adult education and professional education consists in understanding the possibilities and unprecedented and random nature of this public policy in centers of excellence in Professional Education. The enrollment and retention of students, evasion, curriculum are matters of research group CAPES/PROEJA to which this text is circumscribed, presented to question the prospects of public policy education.

Keywords: PROEJA, Professional Education, Youth and Adults Education.

* Dr^a. em Educação, professora da Faculdade de Educação da UFRGS, integrante do grupo de pesquisa CAPES/PROEJA do Rio Grande do Sul, coordenadora geral da especialização PROEJA no Rio Grande do Sul a partir do convênio SETEC/MEC e UFRGS. Endereço eletrônico: ssantos5@terra.com.br

Estudamos como se estivéssemos brincando. (Aluna do PROEJA CEFET de Bento Gonçalves, depoimento realizado durante os Diálogos PROEJA em Bento Gonçalves, de 06 a 08 de novembro de 2008)

Introdução

O decreto presidencial 5.840, de 13 de julho de 2006, instituiu o Programa de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), destinando 10% das vagas nas instituições federais de Educação Básica Profissional ao programa, ampliando as vagas a partir de 2007. Tal destinação ocorreu para o nível médio, constituindo, assim, a oferta da rede federal de Educação Profissional subordinada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação.

Como referencia Kaefer e Silva (2007), tal decreto teve um efeito de *tsunami* na rede federal de educação profissional e tecnológica, pois tal público, de jovens e adultos trabalhadores, evadidos, fracassados da escola regular, poderia *baixar a qualidade, baixar o nível de ensino da instituição*². O desafio do cumprimento do decreto foi impulsionado pela formação continuada dos professores e dos técnicos administrativos da rede federal através da especialização *Lato Sensu*, executada pelos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica, em alguns casos, de forma conjunta às universidades, em quase todos os Estados do Brasil desde o segundo semestre de 2006³, e dos cursos de formação continuada, em caráter de extensão, de 180 a 240 horas de duração, também executados pelos CEFETs e Universidades, desde 2007.

A política federal do PROEJA incentiva a pesquisa, resultado do convênio firmado entre SETEC e CAPES, que financia a formação de grupos de pesquisas em função do monitoramento do PROEJA nos Estados. Compõem os grupos de pesquisa gestores, professores, técnicos administrativos das escolas e professores universitários, estudantes vinculados à iniciação científica, mestrandos e doutorandos, como o que ocorre no Rio Grande do Sul sob a coordenação⁴ da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e da Universidade Federal de Pelotas. A presença das escolas favorece o

¹ Senhora de cerca de 50 anos, durante o evento afirmava que voltou a estudar por incentivo da filha, para ser sua secretária, uma vez que o marido é aposentado e ela, até então, dona de casa.

² Comentários de professores e gestores da rede federal de educação profissional sobre o processo de implantação do PROEJA registrados em diários de campo na pesquisa CAPES/PROEJA.

³ No RS, estamos na segunda edição da especialização *Lato Sensu*. A primeira contou com três turmas, uma cuja certificação ocorreu pelo CEFET de Pelotas, na turma de Pelotas, e pela Faculdade de Educação / UFRGS, nas turmas de Bento Gonçalves, junto ao CEFET de Bento Gonçalves e Porto Alegre. Na atual edição, temos 07 turmas certificadas pela Faculdade de Educação / UFRGS em convênio: duas, junto ao CEFET de São Vicente do Sul; uma com o CEFET de Bento Gonçalves; duas junto ao Colégio Técnico Industrial de Santa Maria / UFSM e duas em Porto Alegre junto à Escola Técnica da UFRGS.

⁴ A professora Dr^a. Naira Lisboa Franzoi, da Faculdade de Educação da UFRGS, é a coordenadora geral do grupo de pesquisa CAPES/PROEJA do Rio Grande do Sul.

retorno imediato⁵ dos dados de pesquisa para as instituições e a constituição do professor como pesquisador desde a Educação Básica.

Esse trabalho da SETEC, em vincular a ocorrência de classes de PROEJA nas escolas a uma política de formação continuada de professores nos níveis de extensão, pós-graduação *lato sensu* e pesquisa, trouxe um status acadêmico e científico à política que, para além do decreto, intenciona o êxito das classes do PROEJA.

O monitoramento dos índices de evasão das turmas do PROEJA tem tensionado a evasão nos demais cursos das escolas, sobretudo os de pós-médio, trazendo à tona dados da evasão da Educação Profissional, até então, ausentes da pauta de discussão dos gestores e dos professores da educação profissional.

O PROEJA, trazendo os que Norbert Elias denomina como *outsiders*, para dentro de centros de excelência de Educação Profissional, coloca a EJA em um patamar diferenciado, ou seja, a EJA ocorre dentro de instituições nas quais os professores têm plano de carreira, há laboratórios, há cursos de graduação e pós-graduação. O caráter, até então, assistemático, compensatório da EJA, é elevado para cursos de Educação Profissional de nível médio.

Do assistemático⁶ para o inédito, do compensatório para o aleatório⁷, pois mesmo sendo uma demanda histórica dos trabalhadores é, neste momento, que há vagas específicas para eles nas escolas da rede federal de educação profissional. Além disso, é aleatório, pois, mesmo com todo o incentivo da atual gestão da SETEC, é a rede federal, que precisará se apropriar dessas turmas de alunos, e tal resultado é imprevisível, aleatório.

Memórias do PRO & EJA - ou das memórias da Educação Profissional e da Educação de Jovens e Adultos

O Brasil, em seu ideal moderno de Estado-Nação como conhecemos hoje, entrou para o cenário mundial, pelo empenho da empresa portuguesa de expansão marítima, com vocação agrária exportadora e extrativista, e como bem esclarece Louro (2004, p. 444):

⁵ É muito interessante observar as trocas realizadas no interior do grupo de pesquisa, que se refletem na escola. Lembro que em uma reunião de pesquisa questionei o grupo do CEFET de Bento Gonçalves sobre o nome do curso PROEJA na instituição: Auxiliar de processos administrativos – se não seria um curso de segunda categoria, a exemplo dos cursos da 5.692/71, que não formavam para nada com a denominação “auxiliar”. Atualmente, em conformidade ao catálogo nacional dos cursos técnicos, o curso PROEJA do CEFET de Bento Gonçalves é: Técnico em Comércio. Em outra reunião, quando foi apresentado o currículo do PROEJA do CEFET de Bento Gonçalves, lembro que questionei sobre a divisão da carga horária: Matemática e Matemática Financeira, por que não juntar tal carga horária e potencializar a abordagem? Pois no evento Diálogos PROEJA, conheci o professor de Matemática do PROEJA de Bento Gonçalves, que trabalha com as duas disciplinas de forma integrada, ora abordando o interesse do consumidor, ora o interesse do vendedor – como compreender juros, percentuais... O professor assumiu há pouco tempo as disciplinas com o desafio de fazer a integração, sem ementas pré-estabelecidas, tendo a liberdade para construir a abordagem, que pressupõe integração.

⁶ Existe uma visão nas políticas de EJA do Brasil de que há sempre edição de um programa novo, sem continuidade, na maioria das vezes, com baixos salários para os professores, com um formato de voluntariado.

⁷ In: Santos (2008) Anais da 31ª Reunião Anual da ANPED.

Os legisladores haviam determinado, nos idos de 1827, que se estabelecessem ‘escola de primeiras letras’, as chamadas ‘pedagogias em todas as cidades, vilas e lugarejos mais populosos do Império’. Mas a realidade estava, provavelmente, muito distante dessa imposição legal. Até que ponto era imperativo saber ler e escrever ou conhecer as quatro operações? Naquela sociedade escravocrata e predominantemente rural, em que latifundiários e coronéis teciam as tramas políticas e silenciavam agregados, mulheres e crianças, os arranjos sociais se faziam na maior parte das vezes por acordos tácitos, pelo submetimento ou pela palavra empenhada.

A Educação formal não é um bem reconhecido, nesse período, pelos colonizadores portugueses. As denominadas línguas gerais indígenas são recorrentemente faladas até a vinda da família real, que, então em 1808, concebendo o idioma como fator de soberania, determina o português como língua oficial, sobretudo nas relações comerciais, promovendo um processo de extermínio gradativo das cerca de 340 línguas das diferentes etnias indígenas e das línguas africanas faladas nas senzalas. Em nossos dias, tais idiomas, quando preservados, ocorrem de forma circunscrita nas aldeias indígenas e nas comunidades quilombolas. Pela Constituição de 1988, o bilinguismo é obrigatório, sobretudo nas escolas das aldeias, sendo o idioma indígena reconhecido como língua materna do grupo.

Os idiomas africanos, por sua vez, em nenhum momento foram falados de forma recorrente, sobretudo no período da formação dos quilombos, pelo temor dessa forma de organização de trabalho livre.

A colonização portuguesa, em um primeiro momento, aprendeu os idiomas indígenas para o contato com o povo e conhecimento do ambiente. A partir de 1808, concebe o idioma como estratégico para sua composição de Estado-Nação. Tal decisão política fez com que hoje, para o bem e para o mal, em toda esta dimensão territorial, seja o português o idioma oficial.

Tal processo colonizador faz com que a escola, que originalmente é criação moderna, logo branca e ocidental, não tenha um valor aqui, e, retomando a reflexão de Louro, nossa trajetória econômica inicial é o extrativismo e o plantio na forma de latifúndio, dependendo de acordos tácitos, contexto no qual a palavra escrita não era superior à palavra falada. Nesse sentido, é possível compreender o valor atribuído à escola, aos seus ensinamentos, sendo a motivação para o trabalho anterior à motivação para o estudo.

A empresa escravista, de alta complexidade, como revela a obra de Gilberto Freyre “Casa Grande & Senzala”, desterra e aproveita trabalhadores africanos em número significativo, sendo beneficiado “pelo melhor da cultura negra da África, absorvendo elementos por assim dizer de elite” (FREIRE, 2004, p. 382) para a exploração das minas, para o cultivo no latifúndio, como mucamas “companheiras” em uma sociedade de poucas mulheres brancas. Gilberto Freyre esclarece, determinando inúmeras fontes para suas conclusões, que é o trabalho negro, que compõe o Brasil, é com esses trabalhadores negros especializados de diversas origens étnicas (malês, bantos, originários do Congo, hotentonte, boximane, originários

da Horn Oriental, originários do Sudão Oriental, Daomei, Benim, Axanti, Haúça, Bornu, Ioruba, originários da área do deserto berbere) na condição de escravos, que é possível a colonização, que é possível o projeto português. Muçulmanos, em grande número, eram alfabetizados, portanto, leitores, distintos da situação de analfabetismo da grande maioria dos senhores e dos feitores.

O negro nos parece no Brasil, através de nossa vida colonial e da nossa primeira fase da vida independente, deformado pela escravidão. Pela escravidão e pela monocultura que foi o instrumento, o ponto de apoio firme, ao contrário do índio, sempre movediço (Freyre, p. 397, 2004).

Dos índios, o conhecimento do território, a alimentação, o banho diário, os coureiros, mantendo limpas as crianças pequenas.

Já no período do Império, o ensino de ofícios ocorria entre os brancos e os pardos da colônia, entre as irmandades de negros escravos e, posteriormente, entre as irmandades de negros livres. Tais informações corroboram para o entendimento que a escola no Brasil precisa ser novamente inventada, não deu “certo”, porque não devia dar “certo”, com seu caráter masculino, branco e elitista.

Precisamos inventar uma escola indígena, afro-descendente e feminina – dos então exilados do interesse e da valorização tradicional da escola moderna, compondo um currículo que vincule estudo e trabalho, pois a este último a maioria da população teve acesso de forma precarizada, em nossa idiosincrasia (SANTOS, 2003) de estado de bem-estar social (*welfare state*).

Os primeiros discursos sobre a universalização da Educação escolar no Brasil, datados dos anos 10 do século XX, narrados na clássica obra “Educação Popular e Educação de Adultos” de Vanilda Paiva, atribuem ao analfabetismo todas as mazelas sociais, conforme pronunciamento do médico Miguel Couto, na Academia Nacional de Medicina sob o título “O Êxodo dos Sertões”:

O analfabetismo é o cancro que aniquila o nosso organismo, com suas múltiplas metástases, aqui a ociosidade, ali o vício, além do crime. Exilado dentro de si mesmo como em um mundo desabitado, quase repellido para fora da espécie pela sua inferioridade, o analfabeto é digno de pena e a nossa desídia indigna de perdão enquanto não lhe acudirmos com o remédio do ensino obrigatório...

Tal depoimento foi dado em resposta à provocação do jornalista Casper Líbero que, por causa de seus pronunciamentos em favor da difusão do ensino, o acusara de estar promovendo o extermínio da agricultura. Segundo o jornalista, “só trabalha no campo o analfabeto. Apanhando-se com dois dedos de instrução, nosso matuto toma horror ao meio e vai para as cidades engrossar o número de parasitas”. (*Apud* Paiva, 1985, p. 28 e 308).

A Educação de Adultos no Brasil pode ser considerada oficial, a partir de 1947, com a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) coordenada por Lourenço Filho, no governo de Eurico Gaspar Dutra. Já a oficialidade da Educação Profissional ocorre com o presidente Nilo Peçanha, em 1909, no

decreto nº 7.566, de 23/12/1909, quando são criadas dezenove escolas de artes e ofícios, as quais dão origem aos atuais Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).

Tais modalidades da Educação são instituídas pela República, vinculadas à industrialização, compondo um discurso de possível assistência aos pobres, do analfabetismo como doença social (PAIVA, 1985), criando uma ordem sustentada na impossibilidade.

Tais registros históricos constituem o PROEJA, é importante recuperarmos essa memória para planejarmos os currículos, elaborarmos a seleção dos alunos, avaliarmos se, de fato, eles permanecem na escola, pois a vinculação da Educação Profissional ao público da EJA em uma rede de ensino é inédita. Anteriormente, já ocorria nas experiências do INTEGRAR, vinculado à Central Única dos Trabalhadores em turmas financiadas pelo Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR), junto aos sindicatos filiados à CUT, no, então, governo Fernando Henrique Cardoso, experiência que previa elevação de escolaridade no nível fundamental ou médio com profissionalização⁸. Na escola Josué de Castro, em Veranópolis, gestada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), existem cursos de nível médio com profissionalização (Magistério, Administração em Cooperativas, Saúde, Comunicação) e com a pedagogia da alternância (atividades na escola, atividades nas comunidades de assentamento e acampamento) cujos estudantes são perfil da EJA – com históricos de abandono escolar, adultos, trabalhadores rurais.

Alertando para o risco de reedição da 5.692/71, que oferecia formação profissional de *pobre para pobre*, tais considerações das memórias da Educação Profissional e da EJA são fundamentais, apontando perspectivas para o PROEJA.

O PROEJA no presente

O registro do evento Diálogos PROEJA, financiado pela SETEC e promovido pelo CEFET de Bento Gonçalves, tendo participação de alunos, professores e gestores do PROEJA de onze experiências da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica, aponta para vários questionamentos sobre a execução da política no Rio Grande do Sul.

A forma de acesso através de provas e de sorteios sem esclarecimento à comunidade sobre o que é o curso, sem registros que descrevam a situação socio-

⁸ No Rio Grande do Sul, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas certificava muitos cursos de nível médio do INTEGRAR, vinculados à Confederação dos Trabalhadores Metalúrgicos e à Confederação dos Trabalhadores da Alimentação, sendo significativa a oferta de Informática no nível médio (in: Santos, 2003).

⁹ Quais sejam: CEFET de Bento Gonçalves, CEFET de São Vicente do Sul, Unidade Descentralizada de Ensino (UNED) de Sapucaia do Sul, UNED de Júlio de Castilhos, UNED de Passo Fundo, UNED de Santo Augusto, Colégio Técnico Industrial de Rio Grande, Escola Agrotécnica Federal de Sertão, Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, Escola Técnica da UFRGS, UNED de Charqueadas. Pelo que foi registrado, houve ausência de representação (que compunha professores, gestores e alunos das experiências PROEJA) do CEFET de Pelotas e do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria / UFSM.

econômica do aluno¹⁰, tem selecionado alunos com o ensino médio completo¹¹, que procuram um curso de educação profissional e omitem¹² durante o processo de seleção tal formação, demonstrando a necessidade de cursos de pós-médio, os quais admitam trabalhadores, muitas vezes, excluídos por processos seletivos meritocráticos, questionando o papel social dessa rede federal de educação profissional e tecnológica.

A conformação dos currículos desses cursos se dava através da “diminuição” das cargas horárias e da manutenção das mesmas ementas e os mesmos conteúdos programáticos dos cursos regulares da escola. Na verdade, o que ocorria era, temerariamente, a mera transposição da carga horária dos cursos regulares já existentes na escola.

Por outro lado, o papel estratégico do PROEJA dentro da instituição, não é de um curso aligeirado de educação profissional, tampouco aligeirado na, então, denominada formação geral, mas que de fato se volte para a formação de trabalhadores, na sua forma mais plena: para a cidadania, para a fruição dos bens culturais, para a redenção do luto da escola regular, acessando uma escola pública, gratuita e de qualidade, na medida em que a bolsa mensal de R\$ 100,00, concedida para muitos dos alunos do PROEJA da rede federal, faz diferença, conforme o depoimento de uma aluna do CEFET de Bento Gonçalves durante o evento Diálogos PROEJA: *“Com os R\$ 100,00 pago uma condução que me pega no meu segundo turno de trabalho e me traz para a escola, e daí para casa. Isso faz diferença, é muito bom.”*

A expansão da política para a rede estadual através do programa Brasil Profissionalizado vai encaminhar recursos financeiros para que os Estados organizem e executem turmas de PROEJA no ensino médio¹³. O PROEJA nível fundamental, que pressupõe formação continuada dos trabalhadores, também regulamentado pelo decreto 5.840; o PROEJA indígena, que no RS está sendo refletido pelas comunidades kaingang, e o PROEJA prisional para jovens e adultos privados de liberdade ampliam possibilidades de Educação Profissional para o público da EJA, que é plural, heterogêneo, figura de desordem¹⁴.

¹⁰ O Colégio Técnico Industrial de Santa Maria e a UNED de Sapucaia do Sul têm realizado processos de seleção com palestras, que esclarecem os possíveis candidatos sobre o que é o curso, sua ênfase, o envolvimento necessário do aluno com o curso. Articulado ao preenchimento de fichas, que descrevem a situação socioeconômica do candidato, e entrevistas. Tal processo, que exige disponibilidade e empenho de gestores e de professores, tem diminuído os índices de evasão de suas turmas, conforme registros de diários de campo junto a reuniões do grupo de pesquisa CAPES/PROEJA.

¹¹ Especialmente, a UNED de Charqueadas tem se preocupado com tal problemática, evidenciando essa realidade em reuniões do grupo de pesquisa CAPES/PROEJA.

¹² Tal omissão Balandier, em sua obra “O Contorno”, define como mentira social, ou seja, uma quase verdade que as classes populares utilizam-se para se beneficiar em seus processos históricos de exclusão.

¹³ No RS, é a Superintendência da Educação Profissional (SUEPRO) vinculada à Secretaria Estadual de Educação, que está coordenando a escolha das escolas estaduais contempladas com o Brasil Profissionalizado, as quais organizarão turmas do PROEJA.

¹⁴ Na compreensão do aluno, da aluna da EJA como figura de desordem em relação à ordem estabelecida pela escola moderna no que diz respeito aos tempos, às aprendizagens e aos processos, conforme as elaborações de Georges Balandier, considerando que há sempre ordem na desordem.

Referências Bibliográficas

BALANDIER, Georges. *A desordem: Elogio do Movimento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. *O contorno: Poder e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 49. ed. São Paulo: Editora Global, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In *História das Mulheres no Brasil*, Editora Contexto, 2004.

PAIVA, Vanilda. *Educação popular e Educação de adultos*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1985.

SILVA, Maria Teresinha Kaefer; SANTOS, Simone Valdete dos. O Fazer Pedagógico do PROEJA no Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves. In: SANTOS, Simone Valdete dos *et al. Reflexões sobre a prática e a teoria em PROEJA*. Porto Alegre: EVANGRAF, 2007.

SANTOS, Simone Valdete dos. *Possibilidades para a EJA, possibilidades para a Educação Profissional: O PROEJA*. Anais da 31ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 2008.

_____. *O Ser e o Estar de Luto na Luta: Educação Profissional em Tempos de Desordem – Ações e Resultados do PLANFOR / Qualificar na cidade de Pelotas/RS (2000-2002)*. Porto Alegre: UFRGS, Tese de Doutorado % Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

Recebido em: AGO/2010

Aprovado em: MAR/2011